

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Sr.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da 7ª Vara do Sistema dos Juizados Especiais de Causas Comuns da Comarca de Salvador, Estado da Bahia.

FAZ SABER A QUANTOS O PRESENTE VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM E INTERESSAR POSSA, com fulcro nos arts. 879 ao 903, do CPC (Lei nº 13105/15), regulamentado pela Resolução CNJ 236/2016, que o Leiloeiro nomeado, PAULO CÉZAR ROCHA TEIXEIRA, matriculado na JUCEB sob nº. 4627/00, através da plataforma eletrônica www.leiloesjudiciaisbahia.com.br, levará a público para venda e arrematação, o bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

PROCESSO Nº. 0149931-98.2019.8.05.0001 - CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

EXEQUENTE: CONDOMINIO GREEN LIFE IMBUI (CNPJ: 27.216.874/0001-37)

EXECUTADO: MADRID EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - SPE (CNPJ: 13.172.752/0001-81), NOVA DIMENSAO GESTAO E DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA. (CNPJ: 09.084.009/0001-00)

DATAS: 1º Leilão no dia **27/04/2026, com encerramento às 11:00 horas**. Os lances poderão ser oferecidos desde o momento do lançamento do lote no site do Leiloeiro, até o horário do encerramento, por valor igual ou superior ao da avaliação. Não sendo verificado lances iguais ou superiores ao valor de avaliação, o leilão permanecerá aberto até a data do **2º Leilão** no dia **07/05/2026, com encerramento às 11:00 horas**, quando serão aceitos lances com no mínimo 80% (oitenta por cento) da avaliação, **exceto nos casos onde há copropriedade**. Para cada lance recebido a partir dos 03 minutos finais ao fechamento do leilão, serão acrescidos 03 minutos a partir do recebimento do último lance ofertado para o término do leilão.

REPASSE: Os bens que não receberem qualquer lance até o horário previsto para o encerramento do 2º (segundo) leilão, serão apregoados, novamente em “repassé”, por um período adicional de 1 (uma) hora, em até 15 minutos após o término do pregão de todos os lotes que compuserem o leilão. Durante a hora adicional (repassé) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o 2º (segundo) leilão.

DÉBITOS DA AÇÃO: R\$ 3.499,77 (três mil, quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e sete centavos), em 06 de abril de 2026, de acordo com a planilha de cálculo juntada de fls. 276. A

atualização dos débitos vencidos e vincendos, até a sua integral satisfação, fica a encargo do exequente disponibilizar nos autos.

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): APARTAMENTO de número 705 de porta e 744.107-0 de inscrição municipal, Tipo A, integrante da TORRE PARK, do CONDOMÍNIO GREEN LIFE IMBUÍ, situado a Rua das Araras, 1064, antiga Estrada de Curralinho, Imbuí, o subdistrito de Itapoan, zona urbana desta Capital, composto de sala, varanda circulação, 03 quartos, sendo uma suíte, sanitário social, cozinha, área de serviço, WC de serviço e área técnica, com 72,75m² de área privativa; 27,94m² de área comum; 100,69m² de área total e fração ideal de 28,6692m², possuindo ainda 02 vagas de garagens (presas) de número 004-005 no Pavimento G-2, com área privativa de 20,70m², área comum de 4,81m² e fração ideal de 4,9395m², edificado dito empreendimento na área próprio remanescente com 10,795,00m² desmembrado de maior porção de 14.625,00m² com a seguinte descrição: Partindo do marco 1, coordenada plana 8.566.206,7598 m Norte e 561.896,5720 m Leste, deste, seguindo com distância de 40,8126m e azimute plano de 162°30'16" chega-se ao marco 2, coordenada plana 8.566.167,84 m Norte e 561.908,84 m Leste, deste seguindo com distância de 15,3402m e azimute plano de 148°51'19" chega-se ao marco 3, coordenada plana 8.566.154,71 m Norte e 561.916,77 m Leste, deste, seguindo com distância de 31,3021m e azimute plano de 138°02'54" chega-se ao marco 4, coordenada plana 8.566.131,43 m Norte e 561.937,70 m Leste, deste seguindo com distância de 31,3021m e azimute plano de 138°02'54" chega-se ao marco 5, coordenada plana 8.566.108,15 m Norte e 561.958,63 m Leste, deste seguindo com distância de 37,1062m e azimute plano de 134°53'16" chega-se ao marco 6, coordenada plana 8.566.081,96 m Norte e 561.984,92 m Leste, deste seguindo com distância de 18,1795m e azimute plano de 116°46'41" chega-se ao marco 7, coordenada plana 8.566.073,77 m Norte e 562.001,15 m Leste, deste seguindo com distância de 19,6120m e azimute plano de 117°24'06" chega-se ao marco 8, coordenada plana 8.566.064,74 m Norte e 562.018,56 m Leste, deste seguindo com distância de 8,5771m e azimute plano de 115°21'46" chega-se ao marco 9, coordenada plana 8.566.061,07 m Norte e 562.026,31 m Leste, deste seguindo com distância de 33,2893m e azimute plano de 198°11'59" chega-se ao marco 10, coordenada plana 8.566.029,45 m Norte e 562.015,91 m Leste, deste seguindo com distância de 27,9533m e azimute plano de 201°42'51" chega-se ao marco 11, coordenada plana 8.566.003,48 m Norte e 562.005,57 m Leste, deste seguindo com distância de 30,5957m e azimute plano de 326°26'20" chega-se ao marco 12, coordenada plana 8.566.028,97 m Norte e 561.988,65 m Leste, deste seguindo com distância de 31,4341m e azimute plano de 322°56'24" chega-se ao marco 13, coordenada plana 8.566.054,06 m Norte e 561.969,71 m Leste, deste seguindo com distância de 35,8828m e azimute plano de 323°12'59" chega-se ao marco 14, coordenada plana 8.566.082,79 m Norte e 561.948,22 m Leste, deste seguindo com distância de 23,1381m e azimute plano de 318°56'01" chega-se ao marco 15, coordenada plana 8.566.100,24 m Norte e 561.933,02 m Leste, deste seguindo com distância de 16,2427m e azimute plano de 314°09'22" chega-se ao marco 16, coordenada plana 8.566.111,55 m Norte e 561.921,37 m Leste, deste seguindo com distância de 25,9916m e azimute plano de 316°40'11" chega-se ao marco 17, coordenada plana 8.566.130,46 m Norte e 561.903,54 m Leste, deste seguindo com distância de 41,3670m e azimute plano de 316°27'26" chega-se ao marco 18, coordenada plana 8.566.160,45 m Norte e 561.875,04 m Leste, deste seguindo com distância de 72,7661m e azimute plano de 250°44'09" chega-se ao marco 19, coordenada plana 8.566.136,44 m Norte e 561.806,35 m Leste, deste seguindo com distância de 52,6573m e azimute plano de 356°23'56" chega-se ao marco 20, coordenada plana 8.566.188,99 m Norte e 561.803,04 m Leste, deste seguindo com distância de 12,4313m e azimute plano de 342°58'08" chega-se ao marco 21, coordenada plana 8.566.200,88 m Norte e 561.799,39 m Leste, deste seguindo com distância de 97,3522 m e azimute plano de 86°32'11" chega-se ao marco 1, ponto inicial da descrição deste perímetro com área total de 10.795,00m². Imóvel matriculado sob o nº 55.919 no Cartório de Registro de Imóveis do 7º Ofício de Salvador/BA.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Conforme descrição.

AVALIAÇÃO: R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), em 07 de novembro de 2025.

LANCE MÍNIMO 2º LEILÃO: R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais).

DEPOSITÁRIO(A): DANIEL GONÇALVES TELES.

ÔNUS: Consta averbado Penhora em favor de Jacira do Nascimento Brito, extraído dos autos nº 0318196-63.2019.8.05.0001, em trâmite na 9ª Vara Cível e Comercial da Comarca de Salvador/BA; Indisponibilidade extraído dos autos nº 0577711-84.2015.8.05.0001, em trâmite na 27ª Vara dos Feitos Relativos às Relações de Consumo Cíveis e Comerciais de Salvador/BA; Indisponibilidade extraído dos autos nº 0543177-80.2016.8.05.0001, em trâmite na 5ª Vara dos Feitos Relativos às Relações de Consumo Cíveis e Comerciais de Salvador/BA; Penhora em favor do Condomínio Green Life Imbuí, extraído dos autos nº 0148893-51.2019.8.05.0001, em trâmite na 2ª VSJE de Causas Comuns - Salvador/BA. Outras eventuais constantes na matrícula imobiliária

BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS: Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem a matrícula, o bem será leilado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908 § 1º, ambos do CPC/2015. Débitos de IPTU, serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, “caput” e parágrafo único, do C.T.N. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver.

Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloeira e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o leiloeiro oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo.

Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste(a) profissional quanto a demora na posse ou transferência do(s) bem(ns) arrematado(s), divergências entre as características encontradas nos

bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação.

HIPOTECA: Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil).

MEAÇÃO: Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

IMÓVEL OCUPADO: A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente.

DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior.

Assim, para que **QUEM TIVER DIREITO** (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no site www.leiloesjudiciaisbahia.com.br. Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a **CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA** do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. **O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência.** Respeitadas as regras do **DIREITO DE PREFERÊNCIA**, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao **TERCEIRO**, se desejar, **no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados**, exercer o direito de preferência, **ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada.**

VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

LEILOEIRO: O Leilão estará a cargo do Leiloeiro Oficial ora nomeado, **PAULO CÉZAR ROCHA TEIXEIRA**, JUCEB sob nº. 4627/00, com suporte técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais (Leiloesjudiciais.com.br).

COMO PARTICIPAR DO LEILÃO: Quem pretender arrematar ditos bens, deverá efetuar cadastro prévio, no prazo de 24 horas de antecedência do leilão, através do site www.leiloesjudiciaisbahia.com.br, devendo, para tanto, os interessados, aceitar os termos e condições informados no site. Veja no site do Leiloeiro Oficial a relação de documentos necessários para efetivação do cadastro.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via *INTERNET* não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

Fica o Leiloeiro autorizado a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.leiloesjudiciaisbahia.com.br, e também no site de publicações e consultas de editais de leilão PUBLICJUD, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC/2015.

PAGAMENTO DE FORMA À VISTA: A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista do preço pelo arrematante através de guia de depósito judicial (emitida pelo Leiloeiro), no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC/2015).

ARREMATAÇÃO PELO CREDOR: Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação com crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devido ao Leiloeiro.

PAGAMENTO DA COMISSÃO DO LEILOEIRO: A comissão devido ao Leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance (art. 7 da Resolução 236/2016 - CNJ), que será efetuada pelo arrematante no prazo de 24 horas da realização do leilão, em conta fornecida via e-mail após o encerramento do leilão eletrônico. Consumada a arrematação, no caso de desistência por parte do arrematante, nos termos do art. 903, § 6º, do CPC/2015, a comissão do Leiloeiro será a este Leiloeiro devido.

Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor do Leiloeiro a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, o Leiloeiro cobrará

judicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como título executivo.

Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei.

OBS.: Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, o Leiloeiro Oficial procederá à devolução da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento ao Leiloeiro até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios.

LANCES: Havendo lances nos 3 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação de seu fechamento por igual período de tempo, a partir do horário de recebimento do último lance ofertado, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrescidos da comissão do Leiloeiro em até 24 horas, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil). Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação.

VISITAÇÃO: É vedado aos Senhores Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado ao Leiloeiro a se fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, ficam autorizados os colaboradores do Leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Leiloeiro, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através do e-mail contato@leiloesjudiciaisbahia.com.br.

ARREMATAÇÃO: Assinado o auto pelo Juiz, pelo Arrematante e pelo Leiloeiro Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de leilão eletrônico, o Leiloeiro Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde que

autorizado por procuração.

CONDIÇÕES GERAIS: O Leiloeiro Oficial, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Ainda, não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.

Os licitantes deverão acompanhar a realização do leilão, permanecendo a qualquer tempo em condições de serem contatados pelo Leiloeiro Oficial para qualquer tipo de informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando este não responder prontamente aos contatos do Leiloeiro Oficial, serão de responsabilidade unicamente do próprio licitante.

INTIMAÇÃO: Ficam desde logo intimados os executados MADRID EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - SPE na pessoa de seu(s) representante(s) legal(is); NOVA DIMENSAO GESTAO E DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA. na pessoa de seu(s) representante(s) legal(is), bem como os eventuais: coproprietários; proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se porventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015.

Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Publicado e afixado no local de costume, na sede do Órgão, bem como no sítio eletrônico: **www.leiloesjudiciaisbahia.com.br**.

Nesta Cidade e Comarca de Salvador/BA, em 27 de março de 2026.

RENATA MIRTES BENZANO DE CERQUEIRA

JUIZ(A) DE DIREITO

Assinado eletronicamente por: ALEX OLIVEIRA DE FARIA
Código de validação do documento: afd78e9e a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.